

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2007 – STC
Processo nº 017.000.860/2007

Cláusula Primeira – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - STC**, doravante denominada CONTRATANTE, com sede no Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 12º Andar, Praça do Buriti, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, representada neste ato por Carlos Higino Ribeiro de Alencar, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 90002043543 – SSP/CE, inscrito no CPF sob nº 171.399.578-60, na qualidade de Secretário de Estado, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a empresa **OMNI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, doravante denominada CONTRATADA, com sede no SIG/Sul Quadra 6, nº 2040 – Brasília/DF, inscrita no CNPJ nº 38.029.534/0001-13, representada neste ato por Alaôr Gomes Neto, portador da cédula de identidade nº 1.034.568 SSP-DF e do CPF nº 471.324.771-53, na qualidade de Procurador, resolvem aditar o Contrato nº 002/2007, celebrado em 18.12.2007, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 247, de 28.12.2007.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a denominação social da CONTRATANTE de Corregedoria-Geral do Distrito Federal – CGDF para Secretaria de Estado de Transparência e Controle - STC, em razão do que dispõe o Decreto nº 32.716, de 1.1.2011, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal Edição Especial, de 1/1/2011, permanecendo inalterado o número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Cláusula Terceira – Do Prazo de Vigência

O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura.

Cláusula Quarta – Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal. E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.


CARLOS HIGINO RIBEIRO DE ALENCAR
Secretário de Estado


ALAÔR GOMES NETO
Procurador